

ELEIÇÕES BRASILEIRAS

2022 EDIÇÃO
ESPECIAL

Reginaldo Teixeira Perez¹

Mateus Tuzzin de Oliveira²

Gabriel S. Vaccari³

Luis Guilherme Barbosa⁴

ARTIGO

COMENTÁRIOS SOBRE A DÍADE 'VOTO IDEOLÓGICO'/'VOTO ECONÔMICO' NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022 NO BRASIL

COMMENTS ABOUT THE DYAD 'IDEOLOGICAL VOTE'/'ECONOMIC
VOTE' IN THE 2022 PRESIDENTIAL ELECTIONS IN BRAZIL

RESUMO:

Este artigo, com assumido veio exploratório, tem como objeto a motivação ao voto nas eleições presidenciais brasileiras em 2022. Orientado pela hipótese de que a democracia competitiva brasileira já se encontra devidamente rotinizada (ou em vias de rotinização), lança-se o questionamento se o elemento prevaemente ao ato de votar do atual e amplo eleitorado brasileiro (cerca de 156 milhões de pessoas habilitadas) responde antes a fatores econômicos, como o cálculo da simples relação custo/benefício, ou a questões de cunho sociológico, como a submissão a valores/ideologia. Com as prudências que a responsabilidade acadêmica requer e tendo por fundamento dados da realidade apresentados por pesquisas recentes, projetar-se-ão cenários respeitantes àquelas formulações, mas sem prejuízo a interpretações conciliatórias.

Palavras-chave: Motivações ao voto; Rotinização democrática; Eleições presidenciais de 2022 no Brasil.

ABSTRACT:

This paper has an admittedly exploratory approach, and its object is the motivation to vote in the Brazilian presidential elections in 2022. Guided by the hypothesis that Brazilian competitive democracy is already properly routinized (or in the process of routinization), the arising question is whether the prevailing element to the act of voting of the current and broad Brazilian electorate (about 156 million qualified people) responds rather to economic factors, such as the assessment of the simple cost/benefit ratio, or sociological issues, such as submission to values/ideology. We will project scenarios related to those formulations without prejudice to conciliatory interpretations, with the cautions that academic responsibility requires, and based on real-world data presented by recent research.

Keywords: Motivations to vote; Democratic routinization; 2022 presidential elections in Brazil.

INTRODUÇÃO

Por que os eleitores escolhem um candidato em detrimento de outro? Essa foi a pergunta que mobilizou boa parte dos cientistas políticos durante o século XX. Com a consolidação da Ciência Política como disciplina universitária, o comportamento político passou a ser um dos temas mais discutidos pelo *mainstream* da área. As páginas que seguem

representam uma tentativa de interpretar, sem a pretensão de apresentar conclusões definitivas, o cenário político brasileiro atual à luz desse debate.

Em 2022, 33 anos separam a atual democracia brasileira de sua primeira eleição livre para a Presidência da República, ocorrida em 1989. Exceto a eleição indireta do ex-presidente José Sarney (1985-1990), somam-se oito pleitos em sequência ao cargo máximo do Poder Executivo.

¹ Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais/CCSH e do PPGCS da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³ Professor de Filosofia e Sociologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA) e do Instituto Federal Farroupilha-Campus São Vicente do Sul.

⁴ Doutorando em ciências sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Não obstante a rotinização eleitoral, o contexto da atual eleição tem características únicas: a corrida para o cargo de presidente da República acontece durante a pandemia da Covid-19, que tragicamente ceifou mais de 669 mil vidas no Brasil até o momento; também, é a primeira vez que um ex-presidente, eleito democraticamente, retorna para competir pelo mesmo cargo; além disso, o descompasso, e muitas vezes atrito, entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário traduz um ambiente político volátil – melhor dizendo, muito volátil.

Portanto, qualquer tentativa de interpretação do cenário atual exige comedimento. Dentro dos limites do texto que segue, tentar-se-á analisar as possíveis características do voto para presidente da República em 2022. Destaca-se que o texto foi produzido em momento anterior ao pleito. Assim, serão apontadas apenas tendências e possibilidades políticas em relação à orientação do voto. Sem abandonar o rigor científico, serão realizadas projeções de cenários que não almejam exaurir o objeto, mas, antes, apresentar uma interpretação do contexto baseada em (pequena) parte da literatura que a Ciência Política dispõe sobre o assunto.

Nos itens seguintes, apresentam-se: 1) um resumo do embate entre a teoria da escolha racional, que define o ‘voto econômico’, e a perspectiva sociológica do voto caracterizada pelo ‘voto ideológico’; 2) uma apreciação do cenário político brasileiro atual a partir de dados estatísticos que traduzem tendência ao voto para presidente da República; e, por fim, 3) uma interpretação desse cenário a partir da teoria política desfilada.

BASES TEÓRICAS DA MOTIVAÇÃO AO VOTO

Ao se olhar a produção acadêmica sobre comportamento eleitoral hoje – com destaque às motivações ao voto –, podem ser observadas duas tendências majoritárias: 1) a teoria da escolha

racional; 2) a perspectiva sociológica do voto (CASTRO, 1992). Ambas foram interpretadas como excludentes e, ao longo dos seus respectivos desenvolvimentos, endereçaram suas atenções a polos distintos do fenômeno político: a teoria da escolha racional pretende averiguar o voto racional-econômico de indivíduos que escolhem em quem votar a partir de um cálculo objetivo entre custos e recompensas; de outra parte, a perspectiva sociológica do voto busca identificar nos fatores sociais (estruturas, classe, etnia, religião etc.) como são formadas as preferências que determinariam a adesão (ou não) a uma candidatura.

Durante a segunda metade do século XX, a Ciência Política buscou se consolidar como campo de estudos autônomo e, para isso, se afastou das demais Ciências Sociais. Em especial, se afastou da Sociologia e se aproximou da Economia. Esse movimento trouxe consequências importantes para a elaboração dos instrumentos de análise da Ciência Política contemporânea. Sobretudo, observa-se a tentativa de adoção de critérios científicos típicos das chamadas “ciências duras”. Isso acarretou o emprego de uma linguagem pretensamente mais objetiva e matematizada/quantificável, transparecendo uma confiança no poder da análise formal em detrimento da interpretação histórico-sociológica. Nesse processo, ocorreu um encapsulamento da Ciência Política no intuito de desenvolver a si mesma, na medida em que cancelava a comunicação com outras ciências da sociedade (LESSA, 2011).

Um momento importante para essa transformação foi o lançamento da obra *Uma Teoria Econômica da Democracia*, em 1957, do economista estadunidense Anthony Downs. Nessa obra, empregam-se algumas das bases da teoria da escolha racional para o exame das motivações ao voto. Tal proposta afirmava, como já comentado, que os indivíduos seriam possuidores de “razões políticas” distintas. Essas seriam responsáveis por estabelecer cálculos eleitorais singulares, envolvendo custos e recompensas de votar em um ou em outro candidato a partir do ponto de vista do eleitor individual. Assim sendo,

“fatores de tipo micro”, aspectos utilitários e, sobretudo econômicos, se sobressairiam em relação à dimensão contextual da disputa eleitoral (CASTRO, 1992). Em um entendimento mimético entre mercado e política, os indivíduos políticos retratados se comportariam de maneira econômica, ou seja, buscariam sempre aumentar ganhos e diminuir custos.

Dessa forma, a teoria da escolha racional apresentaria ferramentas para a análise e previsão dos comportamentos eleitorais. A partir da hipótese do voto econômico/autointeressado, pode-se classificar as escolhas entre consistentes ou inconsistentes. O voto consistente seria aquele alinhado com o interesse econômico do eleitor. O voto chamado de inconsistente seria justamente o contrário: o voto que está desalinhado com esse interesse econômico do votante. Seria também uma ferramenta de previsão, porque o modelo estabelecido permite que o pesquisador trace cenários possíveis, baseados em hipóteses de expectativas racionais, dentro dos próprios termos da teoria. Nesse cenário, a economia, mais do que os aspectos ético-políticos, seria a variável definidora do voto.

A partir dessa perspectiva, pode-se compreender a busca pelo chamado “eleitor mediano”. Ou seja, em disputas eleitorais rotinizadas, em condições de normalidade institucional político-partidária, mostra-se racional que partidos e candidatos busquem moderar suas posições para não agravar os custos da escolha do voto econômico dos seus potenciais eleitores. Em resposta, isso levaria tais eleitores – ou seja, a grande maioria posicionada no largo espectro central do continuum ‘esquerda-direita’ – a descartar candidatos extremistas em benefício de candidatos moderados (CASTRO, 1992; SNIDERMAN, LEVENDUSKY, 2007). Um exemplo de eleição presidencial passível de ser analisada sob esse prisma foi a ocorrida em 1994 no Brasil, que conduziu o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao poder em 1º de janeiro de 1995, na esteira da estabilização monetária do Plano Real.

Por outro lado, contamos com a perspectiva sociológica a ressaltar outros fatores

além do cálculo econômico do voto. Conforme essa abordagem, “tudo leva a crer que, para explicar a direção do voto, não há como excluir variáveis de tipo social, cultural e psicológico” (CASTRO, 1992, p. 10). A partir disso, compreende-se que o ato de votar não separa o eleitor de outros elementos sociais relevantes. Fatores psicológicos, sociológicos e culturais moldariam as preferências dos indivíduos em um processo de longa duração. Tais preferências seriam absorvidas pelos indivíduos, não sem alguma resistência em certos casos, a partir dos processos de socialização e convívio social. Em outras palavras:

A perspectiva original é macro: a ideia é de que os fatores histórico-estruturais e culturais globais conformam as características sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, gerando determinadas clivagens sociais que se expressam através de partidos específicos, com os quais setores do eleitorado se identificam. A participação política dos indivíduos pode ser explicada pelo ambiente socioeconômico e cultural em que vivem e pela inserção em determinados grupos sociais ou categorias demográficas.

Em função das influências que recebe nas interações dentro dos diversos grupos de que participa, o eleitor é levado a votar, ou não, em uma ou outra direção, enfim, é levado a escolher um determinado curso de ação (CASTRO, 1992, p. 12).

Assim sendo, a motivação ao voto resultaria menos de um cálculo econômico e mais de uma manifestação de preferência com destaque para aspectos ético-políticos. O que estaria em jogo não seria uma escolha calculada, mas sim uma adesão a determinada candidatura. Nesse sentido, aspectos ideológicos encontram espaço para a formação das preferências políticas na perspectiva sociológica do voto. Com efeito, o termo “ideologia” merece atenção. A partir da teoria da escolha racional, a ideologia seria um mecanismo de barateamento do voto. Do ponto de vista do player político, o voto ideológico diminuiria o esforço do convencimento por atalhar parte do cálculo econômico feito pelo eleitor. Na perspectiva sociológica do voto, a ideologia seria uma manifestação geral das preferências políticas

compartilhadas sobre temas em debate. Assim sendo, o ato de votar não seria entendido restritamente como uma escolha eleitoral metrificada, mas como uma tomada de posição social. Citam-se as eleições de 2018 como um exemplo no qual o voto ideológico teria prevalecido.

Apesar desses dois entendimentos majoritários sobre o comportamento eleitoral, uma terceira perspectiva merece destaque. Ela se fundamenta no questionamento dos limites de ambas as teorias dispostas até agora e propõe um passo adiante. A teoria da escolha racional pressupõe indivíduos hiper-rationais, autointeressados e bem-informados. Ignorando a disputa que circunscreve o conceito de racionalidade, destaca-se que a informação é um valor crucial para o cálculo racional. Por isso, qualquer comprometimento desta colocaria em xeque os pressupostos downsianos. Assim sendo, em um ambiente eleitoral plausível, onde há falta de informação ou mesmo a operação maquiavélica do inganno (ADVERSE, 2009), todo cálculo se torna apenas pretensamente racional. Por outro lado, a perspectiva sociológica do voto, no limite, assume a política como expressão única de fatores socioculturais, sem levar em conta as instituições e a dinâmica própria da política.

Os dados a respeito do processo eleitoral em diversos países, incluindo o Brasil, sugerem que, sem alguma forma de articulação entre variáveis de tipo macro e variáveis que dizem respeito às características individuais dos eleitores, não é possível sustentar uma teoria suficientemente ampla e complexa do fenômeno eleitoral. Neste sentido, somente uma articulação entre sujeito da ação e estrutura seria capaz de dar conta do comportamento dos eleitores (CASTRO, 1992, p. 17).

Cálculo racional-econômico e adesão a preferências socialmente construídas de caráter ético-político, conjuntamente, formariam a resposta da pergunta que abre o presente trabalho: “Por que os eleitores escolhem um candidato em detrimento de outro?”. Ou seja, instituições políticas e fatores socioculturais importam, já que existiriam fatores “internos” e

“externos” que influenciam as escolhas. O eleitor não escolhe livremente, mas, antes, escolhe a partir de um “menu” de escolhas institucional e socialmente pré-estabelecido: uma plethora de condições de escolha constringe o cálculo da adesão (SNIDERMAN; LEVENDUSKY, 2007).

Nas páginas que seguem, tentar-se-á discutir o cenário das eleições de 2022 à luz dessas teorias do comportamento político. Ao fim e ao cabo, será elaborada uma interpretação sobre as tendências do voto para o cargo de presidente da República, hoje em disputa pelas duas candidaturas mais destacadas: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL). Aventa-se a hipótese de que, para compreender o objeto descrito, nem a teoria da escolha racional, nem a perspectiva sociológica do voto seriam suficientes se tomadas isoladamente. Conforme exposto, por conta de aspectos políticos, sociais e econômicos da atual disputa, a adesão à candidatura que lidera até o momento o pleito (Luiz Inácio Lula da Silva) só se torna inteligível através de um entendimento que conjugue as duas teorias majoritárias da Ciência Política.

O VOTO ENTRE O INTERESSE E O VALOR: DADOS PRÉVIOS ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022

Expostas as duas principais perspectivas teóricas a respeito das motivações ao voto, agora serão levantados e analisados dados empíricos relativos à situação socioeconômica atual da população brasileira e ao modo como tal situação material, combinada a fatores valorativos e ideológicos, está se refletindo nas percepções e preferências do eleitorado, conformando o quadro de disputa presidencial. Os dados selecionados são os mais atuais disponíveis no momento da redação deste paper: julho de 2022. Além disso, como os dados apontam e a esmagadora maioria dos analistas concorda, a disputa tende a ser bipolarizada entre o atual presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Lula da Silva (PT). Por isso, a análise que segue se concentra

especificamente nas motivações de interesses e valores em torno dessas duas candidaturas.

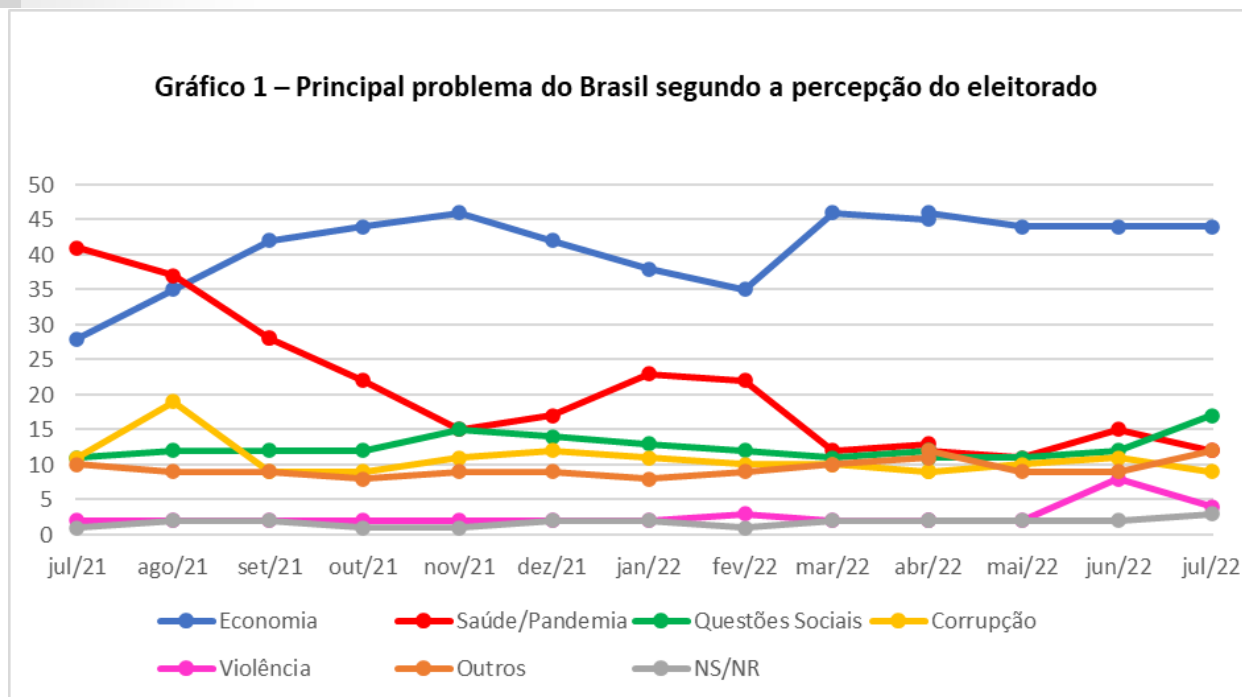
Desde meados de 2015, a economia brasileira experimenta grande turbulência. Não cabe aqui discutir as razões técnicas e as responsabilidades políticas por essa “nova década perdida”, mas o fato é que, a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff, passando pelo governo Michel Temer e chegando ao de Jair Bolsonaro, os indicadores macroeconômicos são negativos, com grandes dificuldades de recuperação. Os efeitos de choques externos recentes, como a pandemia de Covid-19 (e as medidas sanitárias necessárias para contê-la) e o conflito entre Rússia e Ucrânia no Leste Europeu, somados à profunda turbulência política vivida pelo país, reforçaram ainda mais a precariedade do quadro econômico.

Em termos de crescimento do PIB, após retração de -4,1% em 2020, a economia cresceu 4,6% em 2021, puxada pela reabertura das atividades econômicas após o período mais crítico da pandemia e pela valorização do preço internacional das commodities primárias, as quais têm grande impacto sobre o Brasil, já que o país depende muito da exportação desses produtos (CASTRO; BORGES, 2022). No agregado dos dois anos, crescimento de 0,5%, sinônimo de estagnação. Atualmente, segundo o relatório FOCUS do Banco Central (BC), as projeções do mercado para o PIB de 2022 variam em torno de +1,51% e 1,59% (FRISCH, 2022). Taxas muito tímidas, incapazes de repor perdas do período anterior, e contrabalançadas por outras variáveis macroeconômicas muito negativas. Na questão cambial, apesar de alguma recuperação em 2022, o real acumulou grande desvalorização frente ao dólar desde o início da pandemia (ANDRADE; FERRARI, 2022). A inflação, variável com grande efeito sobre a sensação de bem-estar da população, tem apresentado forte elevação desde 2020, ficando acima do teto da meta estipulada pelo BC. Março de 2022, por exemplo, registrou a maior inflação acumulada para o mês desde o início do Plano Real, em 1994 (ROUBICEK, 2022). Produtos da cesta básica, aluguéis, combustíveis e

energia vêm apresentando forte elevação de preços, corroendo o poder real de compra da população. Para combater a desvalorização monetária, o BC tem aumentado continuamente a taxa básica de juros (Selic), que se encontrava em 2% ao ano em março de 2021, e agora, em julho de 2022, está em 13,25%, acarretando os efeitos recessivos sobre a economia que o encarecimento do crédito gera. A taxa de desemprego, embora venha experimentando alguma queda, em maio deste ano estava em 9,8%, patamar ainda muito elevado, e acrescido de 3,7% de desalentados – os que não conseguem nem mais procurar emprego (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

A conjunção desses índices econômicos gera uma crise social muito aguda no país. Mesmo com a recente recuperação relativa no emprego, a renda do trabalho, em março de 2022, era 8% menor comparativamente ao último trimestre de 2019, e se encontra no menor patamar desde 2012 (PORTELA, 2022). Os índices de miséria e extrema-pobreza também avançaram significativamente. De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil”, publicado em junho deste ano, quatro em cada dez famílias brasileiras passam fome: 33 milhões de pessoas – 14 milhões a mais em comparação ao primeiro Inquérito, realizado em 2020. É o pior cenário de insegurança alimentar registrado no Brasil no século XXI (POMAR, 2022).

A situação econômica e social tem se refletido fortemente na percepção da população e, por consequência, na formação das preferências do eleitorado. Segundo dados da pesquisa presencial Quaest/Genial, realizada entre 2 e 5 de junho de 2022, 56% dos entrevistados reconheciam que a situação econômica “influencia muito” no seu voto. No mesmo levantamento, 63% dos entrevistados consideravam que houve piora na situação econômica do país nos 12 meses anteriores, 21% avaliaram que a situação estava “do mesmo jeito” e apenas 15% pensavam que a economia havia melhorado (CNN Brasil, 2022). No levantamento de julho, o mesmo instituto mostrou que a economia é, de longe, o principal problema do país na



Fonte: Instituto Quaest/Genial. Pesquisa presencial realizada entre 29/06 e 02/07, com 2.000 entrevistados

percepção dos eleitores, como se pode ver na série histórica:

Na mesma pesquisa, ao cruzar os dados da percepção do eleitorado a respeito dos maiores problemas do país com as intenções de voto para a presidência, o instituto evidencia que a economia e a situação social são os fatores decisivos para entender por que, atualmente, o ex-presidente Lula da Silva (PT) lidera as pesquisas de intenção de voto: quem considera a questão material prioritária,

Gráfico 2 – Cruzamento entre percepção do eleitorado sobre o principal problema do país e intenções de voto nos candidatos

| | Economia | Saúde | Corrupção | Social | Violência | Outros |
|----------------------------|----------|-------|-----------|--------|-----------|--------|
| Lula | 49 | 39 | 23 | 60 | 38 | 33 |
| Bolsonaro | 25 | 40 | 53 | 16 | 37 | 43 |
| Ciro Gomes | 7 | 5 | 4 | 7 | 4 | 5 |
| André Janones | 3 | 3 | 2 | 3 | 1 | |
| Simone Tebet | 2 | 1 | 3 | 1 | 3 | 2 |
| Vera Lúcia | 0 | 1 | | 1 | | |
| Pablo Marçal | 1 | | 1 | | | 2 |
| Eymael | 0 | 0 | 1 | | | |
| Sofia Manzano | | | | 0 | 1 | |
| Felipe Dávila | 1 | 0 | | | | 0 |
| Luciano Bivar | 0 | | | | | 0 |
| Leonardo Pércides | | | | | | 1 |
| Indecisos | 6 | 5 | 6 | 4 | 7 | 6 |
| Branco/Nulo/ não vai votar | 6 | 5 | 9 | 7 | 8 | 9 |

Fonte: Instituto Quaest/Genial. Pesquisa presencial realizada entre 29/06 e 02/07, com 2.000 entrevistados.

apresenta intenção de votar no líder da oposição. A intenção de voto do presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, sustenta-se, sobretudo, em um viés mais valorativo/moral, no discurso anticorrupção.

O mal-estar socioeconômico parece sustentar a grande vantagem que Lula da Silva apresenta nas preferências do eleitorado de baixa renda. Na pesquisa Datafolha do último mês de junho, entre o eleitorado com renda mensal de até dois salários mínimos (52% da população), Lula da Silva tem 56% das intenções de voto contra 22% de Jair Bolsonaro, diferença idêntica à verificada no estrato de escolaridade, entre os que têm apenas ensino fundamental. Entre os desempregados, o Datafolha registrou 62% de intenções de voto em Lula da Silva e 18% no atual mandatário. No segmento com renda mensal entre dois e cinco salários mínimos, Lula da Silva marca 39% contra 35% do presidente, configurando empate técnico. Jair Bolsonaro se sai melhor nos estratos de melhor renda: entre quem ganha de cinco a dez salários, marca 44% contra 29% de Lula da Silva, e entre quem ganha acima de dez salários, Bolsonaro vence Lula da Silva por 47% a 29% (DATAFOLHA, 2022). Em síntese: quanto menor a renda, maior a vantagem de Lula da Silva; quanto maior a renda, melhor é o desempenho de Jair Bolsonaro.

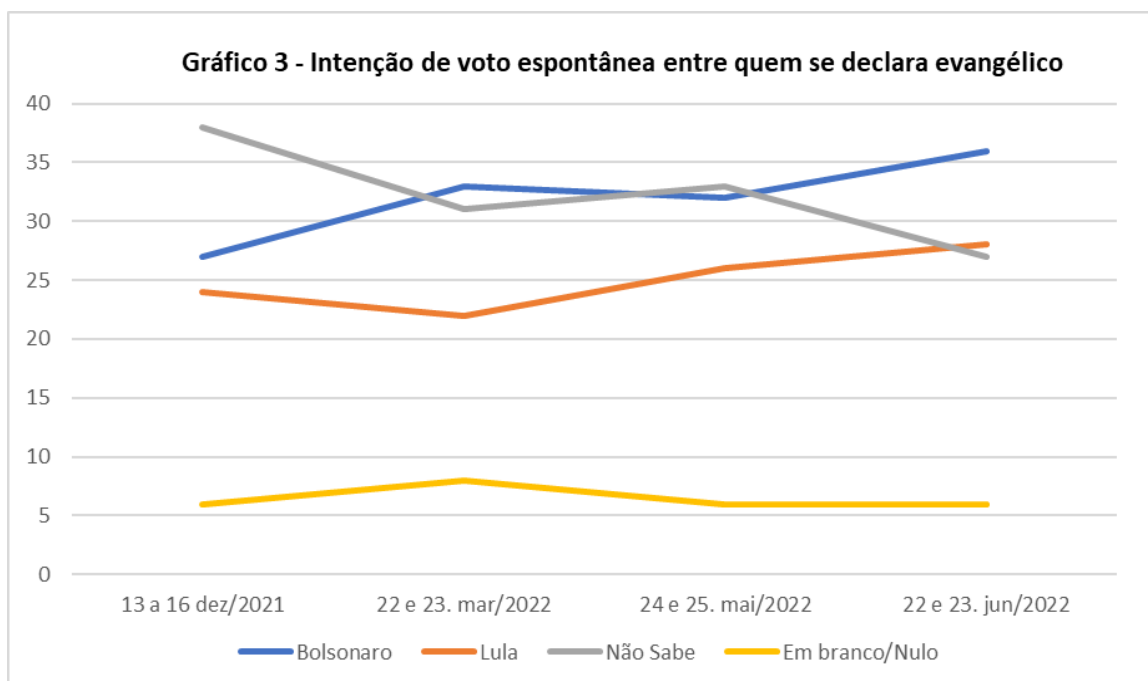
Diante da necessidade de aumentar suas intenções de voto entre os mais pobres, ainda no fim de 2021, o governo Jair Bolsonaro substituiu o programa “Bolsa Família”, cuja marca estava muito ligada aos governos petistas, e pôs em seu lugar o “Auxílio Brasil”, que desde o início deste ano vem pagando R\$ 400,00 mensais para cerca de 18 milhões de famílias. Com a recente aprovação no Congresso da Emenda Constitucional (EC) 125, a partir de agosto, o auxílio passará a ser de R\$ 600 e será complementado por aumento no valor do vale-gás. A EC, que ainda prevê repasses federais para os estados diminuírem seus impostos sobre combustíveis e, conseqüentemente, reduzirem os preços finais da gasolina e óleo diesel, além de auxílios específicos para caminhoneiros e taxistas, custará cerca de R\$ 41 bilhões aos cofres públicos e tem validade até 31 de dezembro deste ano. Tal

esforço se deve, em grande medida, ao fato de que, até o momento, o Auxílio Brasil não gerou os dividendos eleitorais almejados pelo governo. O Datafolha de junho mostrou Lula da Silva liderando as intenções de voto entre os beneficiários do programa, com 48% contra 27% de Jair Bolsonaro.

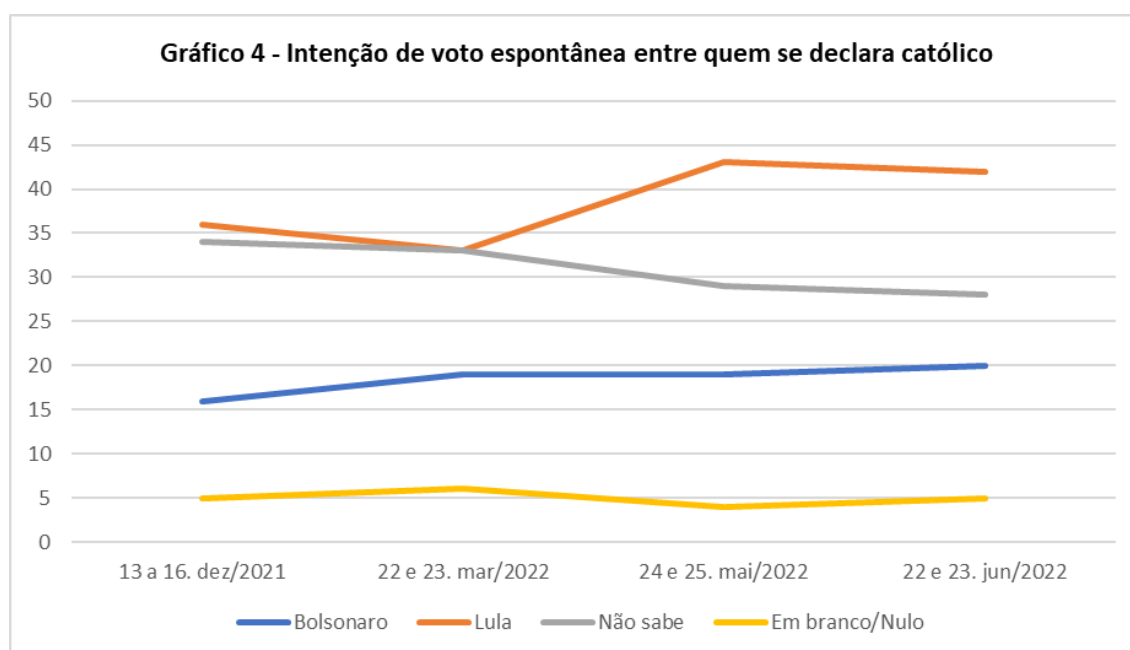
Ao olhar para o quadro geral desses números, parece ser alta a probabilidade de que, em função da crise, o pleito de 2022 volte ao padrão verificado nas eleições da Nova República anteriores a 2018, no qual há o peso decisivo do que a Ciência Política chama de “voto econômico”. Ou seja, eleições executivas, em regra, são plebiscitos sobre a condução governamental da economia, e os eleitores tendem a reeleger incumbentes quando experimentaram ganho de renda e aumento da sensação de bem-estar material; por outro lado, se inclinam a castigar a candidatura de situação quando experimentam queda de renda e de padrão de vida ao longo do mandato. Além disso, o apoio maciço do eleitorado de baixa renda a Lula da Silva, provavelmente sustentado na memória de ascensão experimentada pelos setores humildes nos governos petistas, parece demonstrar a resiliência e a reativação da base social do “lulismo” (SINGER, 2012).

As pesquisas também oferecem dados importantes para visualizar a influência de fatores ideológicos e valorativos sobre o voto, sendo muito fortes as evidências de que teriam sido decisivos na eleição de 2018. A vitória de Jair Bolsonaro, afinal, foi marcada por um debate eleitoral menos marcado pela economia e mais por questões relacionadas à moral, corrupção, costumes e cultura. Além do discurso contra a corrupção e do antipetismo (naquele momento potencializados pelo andamento da Operação Lava-Jato e ainda hoje aparecendo como sentimentos/preocupações centrais do eleitorado bolsonarista, conforme assinalado acima), o último pleito foi condicionado por debates sobre gênero, sexualidade, religião e educação. O conservadorismo cultural e de costumes tem apelo especialmente para o eleitorado religioso, com destaque para o segmento evangélico, cujo voto foi decisivo para a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 (ALVES, 2018). O

presidente em exercício ainda conta com o apoio da maioria das lideranças evangélicas e, de acordo com levantamento Datafolha de junho/2022, atualmente lidera as intenções de voto do grupo, que constitui 27% dos eleitores (Gráfico 3). Já Lula da Silva lidera entre os católicos, que representam 50% do eleitorado (Gráfico 4). O PT, lembre-se, tem relações históricas com setores progressistas da Igreja



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 22 e 23 de junho de 2022.



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 22 e 23 de junho de 2022.

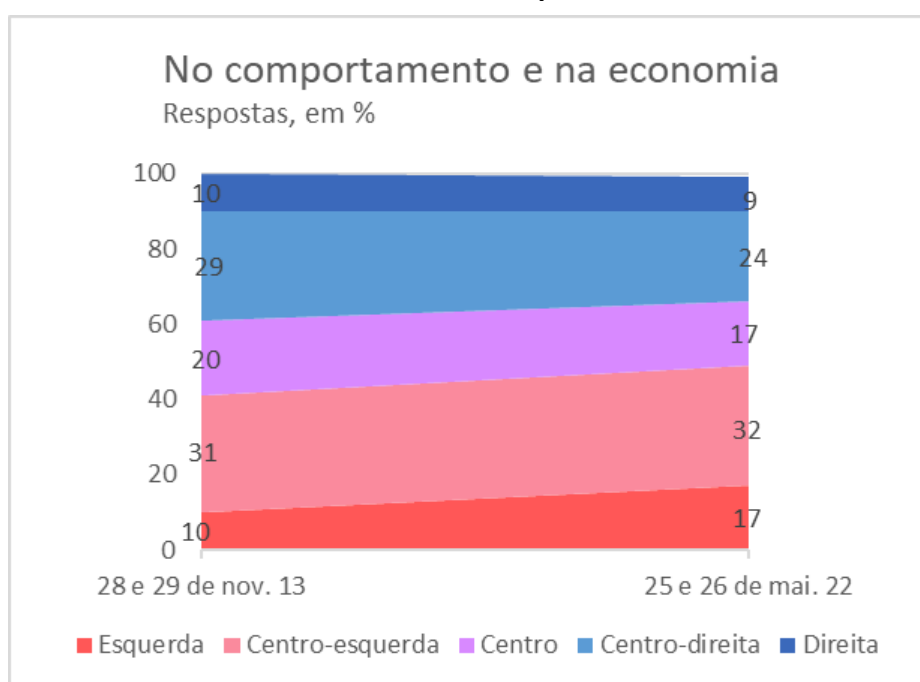
Católica brasileira. Ainda segundo o Datafolha de junho, 20% dos eleitores religiosos reconhecem ouvir recomendações de voto dentro das igrejas e templos que frequentam.

Como se pode ver nos Gráficos 3 e 4, Lula da Silva lidera com maior margem em um segmento religioso mais numeroso, enquanto Jair Bolsonaro tem menor margem de vantagem em segmento menos numeroso. Para reverter o quadro, o presidente precisa aumentar sua vantagem sobre Lula da Silva entre os evangélicos e/ou diminuir o tamanho de sua desvantagem entre católicos. Para tanto, o uso de pautas como a descriminalização do aborto, que a maioria do eleitorado rechaça e sobre a qual Lula da Silva recentemente se manifestou de maneira favorável, faz parte do arsenal discursivo

moral que o presidente deve tentar mobilizar para ganhar votos religiosos.

Outro tópico importante quanto à influência valorativa sobre o voto é o posicionamento de parcelas do eleitorado dentro do espectro ideológico. A pesquisa Datafolha realizada no fim de maio de 2022 aferiu, com base nas respostas dos entrevistados sobre temas comportamentais e econômicos que separam as visões de mundo de esquerda e direita, que a identificação do eleitorado brasileiro com ideias de esquerda cresceu desde 2017 (ano do levantamento anterior), chegando ao seu maior patamar da série histórica iniciada em 2013. De acordo com as respostas aos temas das questões elencadas pelo levantamento, 17% dos brasileiros acima de 16 anos podem ser definidos como de

Gráfico 5 – Localização do eleitorado no espectro ideológico de acordo com posicionamento sobre temas econômicos e comportamentais

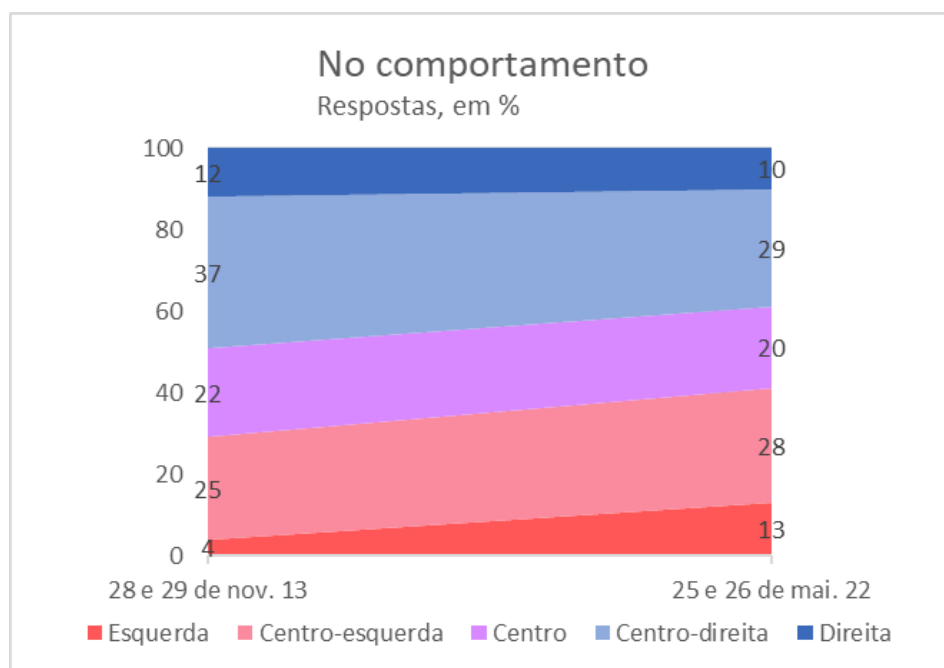


Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 25 e 25 de maio de 2022.

“esquerda”, 32% como “centro-esquerda”, 17% como de “centro”, 24% como de “centro-direita” e 9% como de “direita”:

Segundo os dados do instituto, o maior avanço das ideias identificadas com a esquerda se deu em temas comportamentais (pena de morte, maioria penal, drogas, porte de armas, sexualidade,

Gráfico 6 - Localização do eleitorado no espectro ideológico de acordo com posicionamento sobre temas comportamentais

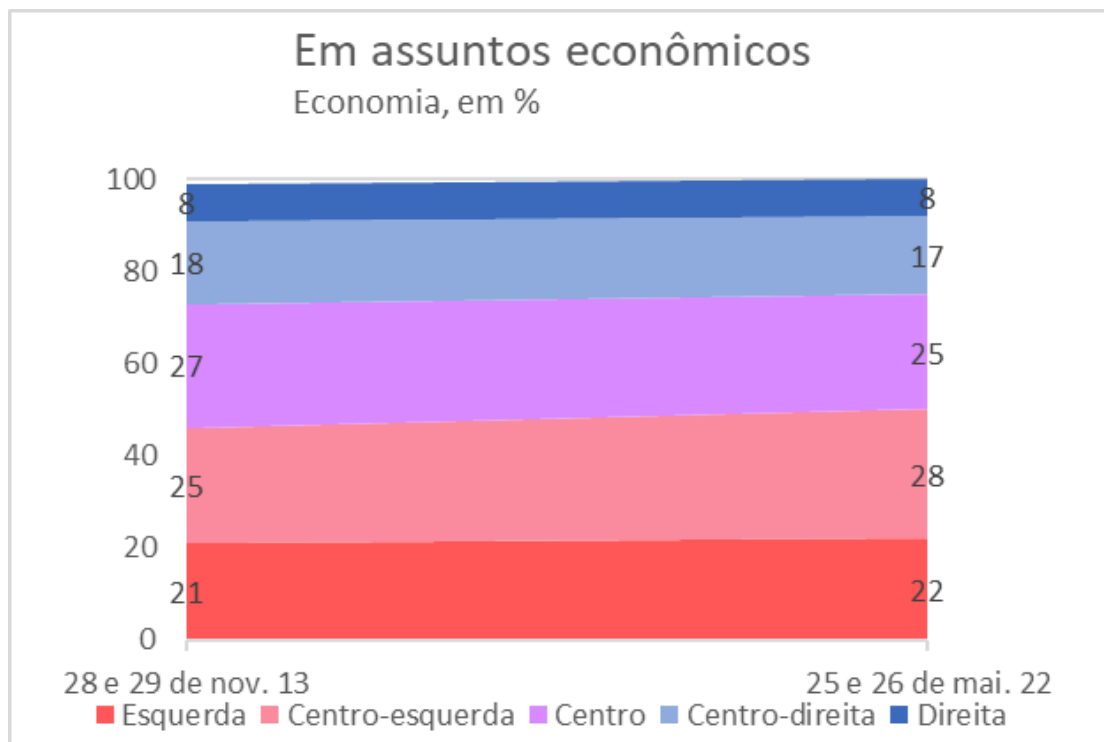


Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 25 e 25 de maio de 2022.

religiosidade como definidora de caráter, imigração etc.). Em 2017, no que tange aos costumes, as ideias conservadoras tinham vantagem de 20 pontos sobre as ideias progressistas. Já em 2022, estas aparecem três pontos acima daquelas, uma virada dentro da margem de erro, que denota equilíbrio:

Em relação às crenças econômicas (causas da pobreza, legitimidade dos sindicatos, pertinência de programas sociais redistributivos, leis trabalhistas, impostos, privatizações, relação Estado-mercado),

Gráfico 7 - Localização do eleitorado no espectro ideológico de acordo com posicionamento sobre temas econômicos



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 25 e 25 de maio de 2022.

Na mesma pesquisa, o Datafolha cruzou os dados de identificação ideológica com intenções de voto dos líderes das pesquisas, chegando ao resultado de que, como a intuição sugere, embora 60% dos eleitores de Lula da Silva sejam de fato identificados com ideias de esquerda/centro-esquerda, 19% deles está mais próximo do espectro de ideias de centro-direita e 4% da direita – especialmente no campo dos costumes. Por outro lado, no caso de Jair Bolsonaro, 54% dos eleitores são identificados com a direita/centro-direita, mas contraintuitivamente, 22% com ideias de centro-esquerda e 7% com a esquerda – especialmente no campo da economia. O que se pode inferir, a partir dos dados, é que, possivelmente, muitas vezes os eleitores têm dificuldade de conectar suas crenças sobre temas específicos com uma autoidentificação ideológica

coerente e um representante político claro.

Do conjunto de dados apresentados quanto aos aspectos materiais e valorativos da motivação do voto, pode-se inferir que, em se tratando de economia, o quadro atual cria grandes dificuldades para a reeleição de Jair Bolsonaro, com base nas evidências disponíveis até o momento e assumindo a incerteza e imprevisibilidade da situação eleitoral e suas vicissitudes. Na questão ideológica e valorativa, há mais equilíbrio, com o atual presidente contando com importantes ativos (moral, apoio evangélico, discurso contra a corrupção), mas com indícios de que o antiesquerdismo, tão decisivo na história política recente do país, parece estar arrefecendo.

TEORIA E POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022: ALGUMAS TENDÊNCIAS

Nas linhas acima, apresentou-se, sinteticamente, um apanhado teórico das duas principais vertentes analíticas sobre comportamento eleitoral e a direção do voto, assim como foram trazidos dados estatísticos que compõem o cenário para as eleições gerais de 02 e 30 de outubro de 2022, referentes à economia e sociedade brasileiras. Os objetivos foram modestos, e tanto a síntese teórica quanto o material empírico propriamente dito visaram tão somente introduzir o leitor em um conjunto de problemas que se desenham para a eleição presidencial, consideradas as duas principais candidaturas em disputa até o presente momento.

Tais anotações mostram-se importantes para dimensionar a exegese pretendida neste texto: uma tentativa de análise em que se escolheu avaliar a adequação das teorias do comportamento eleitoral ao contexto brasileiro das eleições presidenciais de 2022, segundo apresentado por alguns indicadores estampados em pesquisas recentemente conduzidas. A moderação dos objetivos propostos, portanto, induz à parcimoniosidade das conclusões. E isto se dá, em primeiro lugar, pela própria volatilidade da situação brasileira, que repõe constantemente a dimensão imponderável da atividade política, ao mesmo tempo em que desafia a intelectualidade a (re)pensar o país e a si mesma.

Repisada a inescotabilidade do real frente à teoria, contudo, cabe assinalar que um dos pressupostos mais fortes do presente texto está em que as eleições de 2022 realizar-se-ão segundo os parâmetros institucionais do ordenamento vigente, isto é, o do Estado Democrático de Direito inaugurado pela Carta Magna de 1988. Por outras palavras, a democracia brasileira rotinizou-se, e as instituições são capazes de ultrapassar o teste colocado pelas eleições que se avizinham. Tudo o mais permanecendo constante, o Brasil assistirá a eleições regulares e os mandatários eleitos serão

empossados em janeiro de 2023, de acordo com regras definidas, para outro período de exercício desde a inauguração da presente República. Esse pressuposto também pode ser colocado, nestas linhas conclusivas, como a primeira tendência identificada pelos autores no processo eleitoral envolvendo a disputa presidencial brasileira de 2022.

Uma segunda tendência aferível pelos dados disponíveis e as teorias mobilizadas está em que o voto economicamente orientado tende a prevalecer sobre as razões de ordem ideológica e sociocultural. Isso não representa, contudo, uma vigência sem ressalvas da interpretação econômica (ou economicista?) do voto, ancorada na teoria da escolha racional. Conforme assinalado na hipótese lançada ao início (cf. supra I), a resposta mais acurada para a situação eleitoral brasileira parece advir de um arcabouço analítico capaz de mesclar elementos de ordem socioeconômica e de ordem político-ideológica, o domínio dos interesses e o dos valores, a lógica de mercado e a da vida imaterial.

Uma terceira tendência, vinculada à anterior e derivada da descrição acima, acha-se no fato de que a candidatura oposicionista tende a se beneficiar eleitoralmente do cenário de deterioração econômica e social. Malgrado a transformação do Programa Bolsa Família em Auxílio Brasil e o incremento dos seus valores, em 2021, bem como a aprovação da EC 125, em 2022, o governo de Jair Bolsonaro terá dificuldades de apresentar resultados econômicos aptos a influenciar a decisão de voto da maioria da população brasileira habilitada para tanto. Nesse quesito, o desafio da candidatura de situação está em ser capaz de sinalizar com efeitos econômicos a curto prazo e com um projeto capaz de abranger para além de setores como o agronegócio, o funcionalismo policial e o das Forças Armadas.

Uma quarta tendência colocada para as eleições presidenciais de 2022 está em que a parcela a existir de voto ideológico tende a ser igualmente bipolarizada pelas principais candidaturas em disputa. Segundo os dados disponíveis até aqui, a candidatura de Jair

Bolsonaro não deterá o monopólio do apelo valorativo, ideológico e extraeconômico. Nessa linha podem ser lidas movimentações recentes e aparentemente contraditórias da candidatura Lula da Silva, como seu crescimento entre o eleitorado evangélico e a declaração em favor do direito ao aborto. No mesmo sentido, não está descartada a hipótese de a candidatura Lula da Silva travar a batalha no terreno ideológico apelando à memória recente da tragédia sanitária vivida nos picos da pandemia do novo coronavírus, em que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) chegou a ser instalada, produzindo salientes resultados, para apurar a conduta de agentes governamentais. Por último, outro espólio que poderia ser herdado pela candidatura oposicionista na contestação político-ideológica à candidatura de Jair Bolsonaro está no que poderia ser denominado de reação republicana mais ou menos difusa, oriunda de diferentes setores da sociedade – uma espécie de novo idealismo da Constituição, para brincar com um título de Oliveira Vianna – contra as investidas do presidente ao regramento institucional em vigor.

A simples identificação de tais tendências deveria servir para atestar a complexidade das variáveis em jogo e a impossibilidade de afirmações peremptórias sobre o pleito de outubro próximo, bem como para demonstrar a insuficiência de qualquer interpretação do voto em sentido estrito, seja econômica, seja sociológica. As eleições presidenciais de 2022 se darão em um contexto de intensa polarização, alimentada por uma persistente crise social, e não serão resumidas, exclusivamente, nem pelo noticiário econômico, nem pela pauta da discussão de costumes. Se a matriz que interpreta a direção do voto a partir de dados mormente econômicos tende a sobressair, em virtude das urgências materiais da população, não se pode afirmar, inversamente, que a batalha ideológica consistirá em um momento menor da disputa eleitoral. Pelo contrário, o agravamento mesmo dos indicadores econômicos e sociais tende a retroalimentar a disputa em torno de temas de alta voltagem ética e política, exigindo posicionamentos das

candidaturas em pugna.

Nesse sentido, o das narrativas em disputa que visam a alcançar o eleitor via ideologia, a candidatura Jair Bolsonaro tende a lançar mão de um misto entre discurso antissistema, de caráter rupturista, enquanto se alinha ao histórico e nem sempre congruente tradicionalismo conservador brasileiro. Por esse arranjo, procura, ainda, apoiar-se naquela faixa da população que Richard Nixon, em seu governo (noutro contexto, mas com vestes parecidas) alcunhou de “maioria silenciosa”, isto é, os cidadãos que, bestializados, ficariam em casa apoiando a política dos EUA na Guerra do Vietnã (1965-1975), por oposição aos que foram às ruas protestar. A história deu testemunho dos destinos do governo Nixon e sua presumível maioria silenciosa. Quanto a Jair Bolsonaro, o cenário ainda está em aberto e alguns dos elementos decisivos estão sendo jogados. Dentre estes, a qualidade política de persuasão e convencimento da contranarrativa oferecida pela candidatura de oposição de Lula da Silva deve ser reputada como importante. Ideologicamente, à candidatura Lula da Silva tem cabido o papel da defesa do sistema, ainda que matizada, como no caso da legislação econômica cristalizada na EC 95, conhecida como a do Teto dos Gastos Públicos. Atrelado a isso, a chapa encabeçada pelo PT tende a cerrar fileiras com as correntes de opinião que defendem os direitos civis, políticos e sociais daquelas faixas da população vulnerabilizadas e que já foram alvo de ataques verbais ou restrições em termos de políticas públicas do presidente Jair Bolsonaro e seu governo.

Assim, a indissolubilidade entre a dinâmica econômica e aquela propriamente política e ideológica converge para apresentar, nas eleições presidenciais brasileiras de 2022, considerada a simbologia das duas principais candidaturas em disputa, uma de suas mais claras exemplificações. Voto econômico e voto ideológico tendem a se manifestar, simultaneamente, como momento determinante e determinado relativamente um ao outro. As candidaturas de Jair Bolsonaro e Lula da Silva terão de seguir na mobilização de numerosos recursos para atender aos dilemas da disputa

eleitoral, em diferentes âmbitos. Se a vantagem relativa, desde as últimas medições, está com a candidatura do PT, isso não significa apenas que ela tem sido mais habilidosa em capitalizar politicamente o contexto de deterioração socioeconômica – no qual a fome consiste tão somente na faceta mais notória –, mas que tem sido igualmente capaz de pôr em curso uma estratégia ideológica à altura da chapa encabeçada pelo PL, ou que, ao menos, não fique tão atrás a ponto de perder a vantagem auferida na crítica da situação de crise gerida pelos mandatários da atual gestão.

Diante de um tal cenário, cabe recordar o ensinamento de um dístico que já entrou para a cultura popular: o Brasil não é para principiantes. Imbricado às eleições deste ano, encontra-se um cenário de difícil previsibilidade e contornos ainda altamente nebulosos em pontos nodais, como no exemplo de se haverá espaço e tempo para a emergência de outra candidatura eleitoralmente competitiva frente às que até aqui bipolarizam as pesquisas. Mas, independentemente dos resultados eleitorais de 2022, uma das poucas certezas está em que, encerrado o pleito, os estudiosos poderão dispor de rico material para novas investigações. Lastreados em teorias como as apresentadas na primeira parte deste texto, ou, mesmo, por outras abordagens, a inquirição sobre a realidade política da sociedade brasileira poderá ser, então, feita em novo e ainda indisponível patamar. Apenas então, talvez, será o caso dos autores do presente texto retornarem ao tema, municiados pela vantagem do entendimento retrospectivo e menos acossados pelos imperativos de continência que embalaram estas linhas.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. **Maquiavel: Política e Retórica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

AGÊNCIA BRASIL. **Desemprego chega a 9,4% em abril, diz IPEA**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/desemprego-chega-94-em-abril-diz-ipea>.

ALVES, Jose. E. D. “O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro”. **EcoDebate**, 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>.

ANDRADE, Gabriel; FERRARI, Hamilton. “Economática: real é a 12ª moeda que mais desvalorizou no ano”. **PODER 360**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/economica-real-e-a-12a-moeda-que-mais-desvalorizouano/#:~:text=O%20real%20foi%20a%2012%C2%AA,frente%20a%20divisa%20norte%2Damericana>.

CASTRO, Mônica Matta Machado de. “Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.

CASTRO, Fabrício de; BORGES, Stella. “PIB do Brasil cresce 4,6% em 2021, melhor desempenho desde 2010”. **UOL Economia**, São Paulo, 04 mar. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/04/pib-do-brasil-em-2021.htm>.

CASTRO, Ruy. Para principiantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2008. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2203200805.htm>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CNN BRASIL. **Economia é o maior problema do país para 50% dos eleitores, diz pesquisa Quaest**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-e-maior-problema-do-pais-para-50-dos-eleitores-diz-pesquisa-quaest/>.

DATAFOLHA. **Estável, disputa presidencial tem Lula da Silva à frente e Bolsonaro em segundo**. Disponível: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2022/06/estavel-disputa-presidencial-tem-Lula-da-Silva-a-frente-e-bolsonaro-em-segundo.shtml>.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERES JR. João. “Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar”. **Rev. Soc. Pol.**, Curitiba, n. 15, p. 97-110., nov. 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. PEC Kamikaze virou PEC virtuosa das bondades, diz Guedes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2022. Economia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/pec-kamikaze-virou-pec-virtuosa-das-bondades-diz-guedes.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FRISCH, Felipe. “Projeção do mercado para o PIB em 2022 sobe de 1,51 para 1,59, aponta Focus”. **Valor Econômico**, São Paulo, 11. Jul. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/11/projecao-do-mercado-para-o-pib-em-2022-sobe-de-151percent-para-159percent-aponta-focus.ghtml>.

LANDAU, Elena. et al. Associar liberalismo ao fascismo não é intelectualmente honesto: autores se contrapõem a artigo de professores da USP que compara bolsonarismo ao movimento integralista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 ago. 2020, Ilustríssima.

LESSA, Renato. “Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil”. **Lua Nova**, n. 82, Maio. 2011.

LEVITSKY, Steven. Três mitos sobre uma presidência de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 set. 2018, Opinião.

MANSO, Bruno Paes. A distopia miliciana de Bolsonaro. **El País**, 04 out. 2018, Tribuna. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/03/opinion/1538598107_760467.html. Acesso em: 08 nov. 2018.

POMAR, Marcos Hermanson. “Insegurança Alimentar: 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil”. **Uol**, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4994327-renda-do-brasileiro-caiu-97-em-um-ano.html>.

PORTELA, Michelle. “Renda do brasileiro caiu 9,7% em um ano”. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 mar. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4994327-renda-do-brasileiro-caiu-97-em-um-ano.html>.

ROUBICEK, Marcelo. “Quais recordes a inflação brasileira já quebrou em 2022”. **Nexo Jornal**, 11 mai. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/11/Quais-recordes-a-infla%C3%A7%C3%A3o-brasileira-j%C3%A1-quebrou-em-2022>.

SINGER, André V. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. et al. Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira: intelectuais da USP comparam bolsonarismo ao movimento integralista da década de 1930. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09. jun. 2020, Ilustríssima.

SNIDERMAN, Paul M.; LEVENDUSKY, Matthew S. “An institutional theory of political choice”. In: DALTON, Russell J. (org.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. New York: Oxford University Press Inc., p. 499-520, 2007.

UOL ECONOMIA. “Miséria e pobreza avançam no Brasil, apontam estudos”. **São Paulo**, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/25/consultorias-apontam-aumento-da-miseria-no-brasil.htm#:~:text=Estudos%20feitos%20pela%20Tend%C3%Aancia%20Consultorias,9%20mil%20de%20renda%20domiciliar>.